



DECLARAÇÃO INTERNACIONAL CONJUNTA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA SOBRE A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA VENEZUELA 2024

Aos cidadãos venezuelanos dentro e fora da Venezuela,

aos Estados membros da comunidade internacional

aos organismos do Sistema de Direitos Humanos e a outras instituições de defesa dos direitos humanos,

Nós, todos os membros da sociedade civil internacional organizada em defesa dos direitos humanos e da democracia como um sistema de valores compartilhados, expressamos nossa profunda preocupação com os recentes acontecimentos de 28, 29 e 30 de julho de 2024 na Venezuela, que sabemos não são um evento isolado, mas a intensificação de práticas prejudiciais aos direitos fundamentais de seus cidadãos, em detrimento de uma solução cívica para a complexa crise humanitária no país.

No contexto da campanha e da eleição presidencial, a violência política e institucional aumentou. A repressão e a criminalização dos protestos são categoricamente ultrajantes e um fato público e notório que restringe o pleno exercício dos direitos civis e políticos do povo venezuelano. Esses fatos se somam à já exaustiva lista de violações de direitos fundamentais dentro e fora do país pelo governo liderado por Nicolás Maduro Moros, que fizeram com que o Estado venezuelano fosse investigado ativamente pelo **Tribunal Penal Internacional** por crimes contra a humanidade.

O padrão de irregularidades em municípios e estados equidistantes exclui a possibilidade de eventos ou iniciativas direcionadas por indivíduos e, ao contrário, **revela ações repressivas sistemáticas para tentar impedir que os venezuelanos exerçam livremente seus direitos em paz.**

Temos um conflito direto entre o governo em exercício, com aspirações de reeleição e no controle do órgão eleitoral, as Forças Armadas e outras forças policiais que se excedem no uso da força coercitiva, e uma população que exige respeito à sua vontade soberana, que se expressou civicamente nas eleições e que não encontra eco na obrigação cumprida.

Os anúncios precipitados de uma vitória do candidato do governo tornam-se implausíveis não só pela ausência de **provas básicas resultantes de um processo eleitoral transparente**, mas também pelo contraste com as **atas em posse dos mesmos cidadãos** que fizeram parte das mesas, e que foram consistentes com as mostradas pela Plataforma



Unitária, pela simples razão de terem sido **fornecidas pelas testemunhas da mesa**, em seu legítimo direito.

O processo de nomeação do vencedor nas eleições pode ocorrer única e exclusivamente com a participação de todas as partes envolvidas, escrutínios públicos conforme exigido por lei, totais transparentes e auditáveis. **O fato de o órgão eleitoral não ter tornado públicos os registros de votação em sua totalidade**, com a discriminação das seções eleitorais por município, **coloca em questão a veracidade dos resultados anunciados**, de acordo com as disposições da Lei Orgânica de Processos Eleitorais e da constituição do país.

Os protestos de rua são o produto da indignação e da impotência, uma exigência de respeito à vontade dos cidadãos expressa nas eleições. Um ato constitucionalmente legítimo. Houve manifestações em pelo menos **22 dos 24 estados da Venezuela, incluindo a capital. Mais de 1.263 pessoas foram detidas, incluindo crianças e idosos, e 24 pessoas morreram e 40 pessoas estão desaparecidas.**

Pelas razões acima, as mais de 300 organizações lideradas por venezuelanos, dentro e fora da Venezuela, com o apoio ético de organizações locais em escala internacional, **exigem:**

Que o Conselho Nacional Eleitoral publique e entregue os registros de votação na íntegra, com uma discriminação por seção eleitoral. Como tem sido historicamente o caso, o processo deve ser realizado de forma imediata e transparente, com respeito à vontade dos cidadãos expressa nas eleições. Por sua vez, **respeitar e fazer cumprir a vontade expressa pelos eleitores.**

Ao Ministério Público, que **deixe de criminalizar o protesto pacífico e o ativismo político plural**, o direito dos cidadãos à informação, à livre expressão, à liberdade de associação e ao livre pensamento.

Às Forças Armadas, que cumpram sua **responsabilidade constitucional** de garantir que a expressão do povo venezuelano seja respeitada por meio do cumprimento das leis eleitorais e de **proteger o povo venezuelano no exercício do protesto pacífico.**

Pedem:

À comunidade internacional que apoie a demanda do povo venezuelano pela publicação de todas as atas como um ato de transparência e imparcialidade; ao mesmo tempo em que tome medidas perante os mecanismos regionais e internacionais para o diálogo efetivo e a garantia do cumprimento das disposições dos Acordos de Barbados, bem como a proteção dos direitos dos venezuelanos no âmbito do sistema interamericano, embora não se limite a isso. O compromisso dos governos democráticos da região de exercer seu devido papel no âmbito dos sistemas internacionais e de proporcionar a devida proteção internacional às vítimas.

Que as organizações de direitos humanos reproduzam, por todos os meios disponíveis, informações verificadas de observadores independentes, da sociedade civil, de ONGs, do sistema da ONU e da mídia, a fim de contornar a censura no país e contribuir para o direito à informação e à devida diligência. Da mesma forma, atender às vítimas e apoiar o pedido



de pacificação com a cessação da repressão aos cidadãos e o retorno da institucionalidade.

Aplaudimos a expressão cívica, pacífica e determinada do povo venezuelano no exercício e na defesa de seus direitos e, a partir desta rede de organizações aliadas, honrando nossa razão de ser, permanecemos ao lado dos cidadãos em busca de paz, democracia, prosperidade e compreensão.

Aos 31 dias do mês de julho de 2024.

Signatários:

1. Coalición por Venezuela (Federación Internacional)
2. Movimiento Ciudadano Venezolanos en el Mundo (Internacional)
3. Save My Identity (Internacional)
4. Veneactiva (Perú)
5. AMAVEX- Asociación Multicultural de Activistas "Voz y Expresión" (Estados Unidos)
6. PROVEA Programa Venezolano de Educación Acción en Derechos Humanos (Venezuela)
7. Laboratorio de Paz (Venezuela)
8. Centro de Justicia y Paz CEPAZ (Venezuela)
9. Refugees Seeking Equal Access at the Table, R-SEAT (Canada)
10. Consultoría para los Derechos humanos y el desplazamiento - CODHES (Colombia)
11. Un Mundo Sin Mordaza (Estados Unidos)
12. Forcibly Displaced People Network FDPN (Australia)
13. Unione Nazionale Italiana di Rifugiati ed Esuli UNIRE (Italia)
14. Movimiento Cívico 19 de Abril MC19A (Nicaragua)
15. Código Venezuela (España)
16. CEDRO (Perú)
17. Ciudadanía y Libertad (Cuba)
18. El Derecho a No Obedecer (Colombia)
19. Global South Insight (Bélgica)
20. VENIMANC (Malasia)
21. Humanity for Peace (Marruecos)
22. Instituto de Estudios Socialcristianos - IESC (Perú)
23. CHS Alternativo Lima (Perú)
24. Las Tejedoras (Perú)
25. Movimiento Manuela Ramos (Perú)
26. Juventud, Política y Desarrollo (Perú)
27. Centro de Investigaciones Científicas Sociales y Tecnológicas del Perú CICSTEP (Perú)
28. Centro Loyola Ayacucho (Perú)
29. Movimiento Ciudadano Venezolanos en el Mundo Madrid (Madrid)
30. Cubanos Libres en Uruguay (Uruguay)
31. VAPA - Venezuelan American Petroleum Association (Estados Unidos)
32. PROMSEX, Centro De Promoción y Defensa De los Derechos Sexuales y Reproductivos (Perú)
33. Movimiento Ciudadano Venezolanos en el Mundo Santiago (Chile)



34. Corporación Otraparte (Colombia)
35. Nicaragüenses en el mundo (México)
36. Mujer y Ciudadanía (Venezuela)
37. Canada-Venezuela Democracy Forum (Canadá)
38. OCASIVEN (Perú)
39. VenAmerica (Estados Unidos)
40. Fundación Hacienda Panas (Ecuador)
41. Activados Panamá (Panamá)
42. Danzas Eilmar (Colombia)
43. Fundación de Ayuda Social Tierra Santa (Estados Unidos)
44. Cultura Democrática (Argentina)
45. SenoSalud (Estados Unidos)
46. Fundación migrantes Venezolanos en San Cristóbal (República Dominicana)
47. Asociación de Abogados Venezolanos en el Perú (Perú)
48. ASOENVEAR (Argentina)
49. ASOMEVENAR (Argentina)
50. Cultura Democrática (Argentina)
51. PSICOVEN (Argentina)
52. Ven conmigo (Estados Unidos)
53. Asociación Churun Meru (República Dominicana)
54. UMIGRAM - Unión de Migrantes por el Mundo (Brasil)
55. Generación Plateada (Argentina)
56. Asociación de Venezolanos en Trujillo (Perú)
57. MAHUAMPI Venezuela (Colombia)
58. Unidad Juvenil y Estudiantil de Nicaragua (Costa Rica)
59. ASOVENEARG (Argentina)
60. Fundación Escuela de Artes Escénicas Juan Parra (Colombia)
61. Fundación Yo Te Apoyo (Ecuador)
62. Programa de Ayuda Humanitaria para Venezuela, Inc. (Estados Unidos)
63. ONG fundación regalando sueños COLVEN (Colombia)
64. Asociación Civil Venezolanos en Córdoba Argentina (Argentina)
65. Médicos Unidos de Venezuela (Venezuela)
66. Centro para la Libertad y la Renovación (Venezuela)
67. Amigas por Venezuela (República Dominicana)
68. Mesa nacional para las Migraciones y Refugiados (República Dominicana)
69. Venezuelans and Immigrants Aid (Estados Unidos)
70. Hope For Venezuelan Refugees Project (Estados Unidos)
71. ONG Red Reto (España)
72. Fundación Nakama´s (Colombia)
73. Migración Sin Estigmas (Colombia)
74. All For Venezuela (Estados Unidos)
75. ASOVENQUIN (Colombia)
76. Espacio de Diálogo y Confluencia de Actores Nicaragüenses (Honduras)
77. Instituto para la transformación social "Las Segovias" (Estados Unidos)
78. Asociación Civil Somos Venezolanos en Quilmes (Argentina)
79. AVENAZ (Estados Unidos y España)
80. ASOVEDRA - Asociación de Venezolanos en Pontevedra (España)
81. Instituto +58 (Brasil)



82. Lazos unidos (Perú)
83. Fundación FERFM (República Dominicana)
84. Federación de Jubilados y Pensionados de Venezuela (Venezuela)
85. AIRESVEN (Puerto Rico)
86. Guardians of Human Rights Foundation (Alemania)
87. CECAVID (Colombia)
88. VeneTrier e.V. (Alemania)
89. Asociación Líderes Resilientes (Perú)
90. FICU. Fundación para la integración Cultural (Argentina)
91. Huellas Migrantes (España)
92. Fundación Caminando Contigo (República Dominicana)
93. Galicia Activa (España)
94. Fundación mujeres sin fronteras colombo venezolanas (Colombia)
95. Fundación creando Ilusiones (Colombia)
96. La Liga (Estados Unidos)
97. Corporación de mujeres venezolanas en Cúcuta (Colombia)
98. Alianza por Venezuela (Argentina)
99. Venezolanos en Barranquill (Colombia)
100. Grupo ad hoc DDHH venezolanos en Islandia (Islandia)
101. VAC Valdemoro (España)
102. Organización Sin Fronteras (Panamá)
103. Corporación de emprendedores Colombo Venezolano (Colombia)
104. Talleres de Reconstrucción Nacional (Venezuela)
105. Integración Activa Migrantes CDR Mi Perú (Perú)
106. Espacio de Diálogo (Costa Rica)
107. Movimiento campesino (Estados Unidos)
108. Espacio de diálogo y conductores Nicaragua (Nicaragua)
109. AiresVen Italia (Italia)
110. Federación de Organizaciones de la Sociedad Civil de Venezolanos en la Argentina (Argentina)
111. PROVEAR - Organización de Profesionales Venezolanos en Argentina (Argentina)
112. Venezolanos en Escobar (Argentina)
113. Asociación Civil Lluvia de Arcoíris (Ecuador)
114. Corporación Colonia venezolana en Colombia (Colombia)
115. Líderes de voluntad y acción (Perú)
116. Asociación civil Todxs somos iguales (Perú)
117. Red de emprendedores uniendo fronteras (Perú)
118. ASOVEKAR (Argentina)
119. Club Social y Deportivo Venezolano (Argentina)
120. Asociación de venezolanos en Argentina (Argentina)
121. Asociación civil Trabajando sin Frontera (Perú)
122. Constructores de Esperanza (Perú)
123. Venezolanos en Jujuy (Argentina)
124. Kinesiología (Argentina)
125. Gente del Petróleo (Venezuela)
126. CDR Santa Anita (Perú)
127. ONG Migrantes por el Maule (Chile)
128. Asociación de Venezolanos en México VENEMEX (México)



129. Unión Venezolana en Perú (Perú)
130. Legión Internacional de Bomberos Brigada Venezuela (Perú)
131. Canadian International Organization Mission Texas (Estados Unidos)
132. Fundación Entre Dos Tierras (Colombia)
133. Asociación Salto Ángel (Colombia)
134. Sin Fronteras IAP (México)
135. Asociación Migrantes Venezolanos (Colombia)
136. Fundación Duendes y Ángeles Vinotinto (República Dominicana)
137. Globalizateradio (República Dominicana)
138. ASOVEGUA (Guatemala)
139. ASOVENSAL (El Salvador)
140. FUNDATRANSVIDA (Colombia)
141. Paz y Esperanza (Perú)
142. Legislatura de Córdoba (Argentina)
143. Venezolanos en Salta (Argentina)
144. Humanidade Mais que Fronteiras (Brasil)
145. ASOVENECAR (Colombia)
146. Coordinadora Nacional de Derechos Humanos Perú (Coalición de 60 organismos de la sociedad civil en Perú)
147. Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán (Perú)
148. Demus, Estudio para la defensa de los derechos de la mujer (Perú)
149. Corporación Caribe Afirmativo (Colombia)
150. Agencia Cultural 7-80 (Colombia)
151. Casa Monarca. Ayuda humanitaria al migrante, A.B.P. (México)
152. Fundación Venezuela Corp. (Estados Unidos)
153. Coalición Nacional de Mujeres del Ecuador (Ecuador)
154. Illinois Venezuelan Alliance (United States)
155. Unión de Colectividades en Argentina para el Desarrollo (Argentina)
156. CREEDUCACION (Argentina)
157. Asociación de Odontólogos Venezolanos en Argentina (Argentina)
158. ACEVENAR (Argentina)
159. Fundación Colonia de Venezuela en la República Dominicana (República Dominicana)
160. Líderes de voluntarios en Perú (Perú)
161. Venezuela Paita (Venezuela)
162. Ashanti Perú - red peruana de jóvenes afrodescendientes (Perú)
163. Ex Ministra de Justicia y Derechos Humanos - Marisol Pérez Tello (Perú)
164. Colectivo marcha del orgullo LGTBI Lima (Perú)
165. Baires de libertad (Argentina)
166. FUNVENEX (Colombia)
167. Fundación Refugiados Unidos (Colombia)
168. DIASPOVERD - Diáspora Venezolana en República Dominicana (República Dominicana)
169. Líderes en acción (Venezuela)
170. Fundación Manitas Amarillas (Colombia)
171. Concejal de la ciudad de Córdoba, Jessica Rovetto Yapur - Bloque Cordobeses por La Libertad (Argentina)
172. Concejal Línea Córdoba UCR, Fabre Javier Horacio (Argentina)
173. PP. Pro Córdoba (Argentina)



174. Concejal de la ciudad de Córdoba, Gabriel Horacio Huespe (Argentina)
175. Red de Organizaciones para transformar México AC (México)
176. World Fédération of Humanity (Marruecos)
177. Movimiento Mujeres Sectores Populares Luna Creciente (Ecuador)
178. Refugiados Sin Fronteras (España)
179. Fundación Las Reinas Pepiadas (Ecuador)
180. Voces de la Memoria (Estados Unidos)
181. CICOMP (España)
182. Movimiento Homosexual de Lima (Perú)
183. Asociación Pro Derechos Humanos (Perú)
184. Movimiento Democracia (Estados Unidos y Cuba)
185. Plataforma Cuba dice No a la Dictadura (Cuba)
186. Instituto Progresista (Venezuela)
187. Fundación Venezuela Corp (Estados Unidos)
188. Nicaragüenses en el Mundo (Estados Unidos)
189. Plataforma de Unidad por la Democracia - PUDE (Nicaragua)
190. AVANZA (Nicaragua)
191. Estamos Todos UCR (Costa Rica)
192. Instituto para la Paz y el Desarrollo IPADES (Costa Rica)
193. Red Nacional de Juventudes RNJ (Nicaragua)
194. Acción Universitaria (Nicaragua)
195. Centro de Acción para la Libertad (Nicaragua)
196. Asociación Civil Líderes Sin Fronteras (Perú)
197. Ingenio-Centro de Pensamiento Joven (Costa Rica)
198. Fundación Yo Estoy Aquí (Colombia/Venezuela)
199. Mecanismos comunitarios de protección Carapungo Ecuavella (Ecuador)
200. SAIR Consultores (Perú)
201. Mi Voto Cuenta (España)
202. Corporación Identidades Diversas (Colombia)
203. WOMMU (Venezuela)
204. Quinta Ola (Perú)
205. Guardians of Human Rights Foundation (International)
206. Youth And Democracy in the Americas (Regional Americas)
207. Capitalismo Consciente (Perú)
208. Maria Gabriela Trompetero - Universidad de Bielefeld (Alemania)
209. Apoyo a Migrantes Venezolanos, A.C. (México)
210. Asociación de venezolanos en Sincelejo (Colombia)
211. Red Mundial de Jóvenes Políticos (Internacional)
212. Comité Internacional Contra la Impunidad en Venezuela CICIVEN (Estados Unidos)
213. Federación de Estudiantes Universitarios por los Derechos Humanos (Venezuela)
214. Asociación de Venezolanos en Paraguay (Paraguay)
215. Internacional Juvenil - IJ (Internacional)
216. Maria Hawke Resistencia Medica Internacional (Estados Unidos)
217. Associação dos venezolanos no Estado do Amazonas (Brasil)
218. Venezuela Marka Foundation (United States)
219. Resistencia Medica Internacional (Estados Unidos)
220. AVEJAX (Estados Unidos)
221. Juventud Venezolana en el Exterior (Estados Unidos)



222. Un bocadito para Venezuela (Estados Unidos)
223. Fundación El Amparo (Venezuela)
224. Un salvavidas para Venezuela (España)
225. Vinotinto radio (México)
226. Risas Venezuela ONG (México)
227. Venezuela en Baviera e.V. (Alemania)
228. Venezolanos en Sajonia e.V (Alemania)
229. Einheit für Venezuela e.V (Alemania)
230. Venezolanos en Sajonia e.V (Alemania)
231. CISVAC fundación AC (México)
232. Pro Venezuela e.V. (Alemania)
233. Migrantes sin fronteras (Ecuador)
234. Venezolanos en Bélgica (Bélgica)
235. Corporación CLEO (Colombia)
236. Asea Redox (USA)
237. Association Watunna Venezuela (Francia)
238. Venezolanos Perseguidos Políticos en el Exilio - VEPPEX (Estados Unidos)
239. Mujeres sin Fronteras (Chile)
240. Worldwide citizens INC (Estados Unidos)
241. Venezolanos en Munich (Alemania)
242. VenEuropa A.S.B.L. (Bélgica)
243. Asociación para el Desarrollo Indígena Social - ADIS (Nicaragua)
244. Asociación Protección Población Vulnerable - APPV (Perú)
245. Asociación Arte Libre (Costa Rica)
246. Corporación Raíces del Mundo (Chile)
247. Venezolanos En Costa (Costa Rica)
248. Alliance for the Venezuelan Immigrant (Estados Unidos)
249. Nicaragüenses en México (México)
250. Cámara chileno Haitiana de comercio (Chile)
251. Asociación Civil LABOR (Perú)
252. Ciudadanos Todos (Perú)
253. Grupo Propuesta Ciudadana (Perú)
254. Associação Educação Sem Fronteiras (Brasil)
255. Associação Venezuelana em Campo Grande/MS (Brasil)
256. Amigos migrantes sin fronteras (Chile)
257. Federación Mesa Nacional Migrantes y Refugiados (Chile)
258. Asociación Social, Cultural y Deportiva VENCONCHILE (Chile)
259. Fundación Social El Remanente (Chile)
260. Venezuela Global (Brasil)
261. Movimiento Nueva Venezuela (Costa Rica)
262. Asociación civil líderes sin fronteras (Perú)
263. Osc. Ação Social Irmandade Sem Fronteiras (Brasil)
264. Corporación de Inmigrantes Unidos Los Lagos (Chile)
265. Lazos de Libertad Asociación Civil (Argentina)
266. VENEXOS (Portugal)
267. Venexos Jovem (Portugal)
268. Centro Ecuménico de Promoción y Acción Social Norte - CEDEPAS Norte (Perú)
269. Se hace Camino al Andar (Perú)



270. Centro de Apoio Mães Migrantes Acompanhadas (Brasil)
271. Asociación civil GRANMAV (Perú)
272. Casa Venezuela Puerto Rico (Puerto Rico)
273. Fundación Alianzas Solidarias (Colombia)
274. Instituto Misioneros de la Consolata (Brasil)
275. Fundación Activados Panamá (Panamá)
276. Cámara Venezolano Uruguay (Uruguay)
277. Manos Veneguayas (Uruguay)
278. Laboratorio de Paz (Venezuela)
279. Central Autónoma de Trabajadores del Perú - CATP (Perú)
280. Asociación de venezolanos en la cordillera central ASOVENCC (Colombia)
281. CitizenGO (México)
282. Vozes sem Fronteiras (Brasil)
283. FUNCOLVEN (Colombia)
284. Fundaciones almas en Movimiento (Ecuador)
285. CAREF (Argentina)
286. Prof. Francisco Lasarte - Universidad Simón Bolívar (Venezuela)
287. Pastoral de Movilidad Humana de la diócesis de Talca-Curicó (Chile)
288. E-Media Human Rights Consultant (Estados Unidos)
289. Líderes en acción (Venezuela)
290. Asociación Civil por la Libertad de Venezuela (Perú)
291. Centro de Estudios de Violencia y Criminalidad (Perú)
292. Fundación Manos Venezolanas (Ecuador)
293. Fundación Acción Diversa (Ecuador)
294. Fundacion CAS (Ecuador)
295. Red Internacional de Mujeres (EU / LAC)
296. Students For Liberty (Ecuador)
297. Simbiosis Latam - Voz Violeta (Ecuador)
298. Confederación Internacional de Jóvenes Políticos (Ecuador)
299. Asociación Civil Construyendo Venezuela (España)
300. Fundación Diálogo Diverso (Ecuador)
301. EsLibertad ONG (Perú)
302. Students for Liberty (Bolivia)
303. Comisión de Género de Tarariras (Uruguay)
304. EsLibertad ONG - Argentina (Argentina)
305. Unión de Migrantes para la Integración y Desarrollo Humano (Chile)
306. Grupo Mujeres Migrantes (Chile)
307. Refugee Emergency Fund - REF (Malaysia)
308. Derechos Humanos y Diversidad Asociación Civil (Argentina)
309. Fe en Venezuela ORG (Estados Unidos)
310. Latin American Coalition (Estados Unidos)
311. Estudiantes Liberales UCR (Costa Rica)
312. Asociación Civil de Venezolanos en el Área Metropolitana de Buenos Aires - AVBA (Argentina)
313. Sindicato de Trabajadores de la Industria Inmobiliaria del Perú - SITRAIIP - Base la Libertad (Perú)
314. Fraternidad Venezolana (Colombia)
315. Célula Sindical "Luis Negreiros Vega"- Sec. General Benigno Chirinos Sotelo (Perú)



316. Conenfoque (Colombia)
317. Federación Argentina de Colectividades (Argentina)
318. Plataforma Democrática de Venezolanos en Madrid (España)
319. Coordinadora Nacional de Trabajadores Desplazados de Pesca - CONATRADEPP (Perú)
320. Asociación "Frente Organizado de Venezolanos para el Servicio y Asistencia" - FOVSA (Ecuador)
321. Casa Venezuela Arizona (Estados Unidos)
322. La Rayuela de Pablo (Estados Unidos)
323. Fundación Paso Visible (Colombia)
324. Venezolanos Independientes en Canadá (Canadá)



Fundo:

Durante os meses que antecederam as eleições, observou-se um constante desequilíbrio de forças, violação de direitos, desinformação e coerção dos cidadãos através de benefícios e subsídios sociais a favor do governo de Nicolás Maduro e da sua candidatura, utilizando fundos públicos para fins eleitorais, em além dos obstáculos impostos para que os venezuelanos no exterior pudessem participar, reinterpretando normas legais, inventando requisitos não estabelecidos, reduzindo o tempo do processo de recenseamento eleitoral e dias de atenção, desproporcional para atualização do registro eleitoral permanente e, por fim, limitando o direito de voto de 5,5 milhões de venezuelanos no exterior.

A censura, a perseguição, a prisão e os desaparecimentos forçados de líderes políticos, líderes sociais, activistas dos direitos humanos e cidadãos descontentes aumentaram consideravelmente nos dias anteriores às eleições. A ameaça de promulgação de leis para restringir o espaço cívico e perseguir o pluralismo político viola directamente os princípios e direitos contidos na nossa Constituição nacional, nas leis nacionais, nas convenções e tratados regionais, na observância dos direitos humanos fundamentais e no mínimo respeito pelos cidadãos como o eixo central da democracia. Uma parte das forças democráticas de oposição às consultas primárias do governo nas quais Maria Corina Machado foi eleita e impedida de registar a sua candidatura, depois Corina Yoris como sua substituta e posteriormente, o entrave à campanha do candidato Edmundo Gonzalez Urrutia.

No âmbito do monitoramento realizado pela Coalición por Venezuela e cerca de vinte organizações aliadas, no seu papel de supervisão social do processo, desdobradas através das redes de organizações não-governamentais e defensores dos direitos humanos, em estrita conformidade com os nossos mandatos estatutários de ativismo político apartidário e imparcialidade, pudemos documentar irregularidades, violações à Lei Orgânica dos Processos Eleitorais, ao Regulamento dos Processos Eleitorais, ao Manual da Mesa Eleitoral e à Constituição da República Bolivariana da Venezuela, bem como aos pontos acordados em o Acordo de Barbados e as violações dos Direitos Económicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DESC). Entre estas violações, principalmente na Venezuela, mas que afectam também os escritórios consulares, as mais comuns foram as seguintes:

- Atrasos na abertura e encerramento das assembleias de voto.
- Negação de acesso a testemunhas durante a contagem dos votos.
- Atos de coação, vigilância e manipulação no momento da votação, bem como irregularidades no voto assistido.
- Atos de violência com armas de fogo, agressões físicas e verbais.
- Roubo e destruição de material eleitoral.
- Recusa de entrega dos editais às testemunhas.
- Personificação de eleitores
- Abertura das urnas eleitorais antes da instalação das assembleias de voto.
- Cortes de energia e internet e roubo de fiação.
- Invasões a casas de membros de partidos políticos que se opõem ao governo, bem como de testemunhas, membros de mesa, observadores sociais e defensores dos direitos humanos.



- Deportações e proibições de entrada de convidados internacionais como testemunhas do processo eleitoral e de estrangeiros acompanhantes da sociedade civil.
- Listas paralelas com dados dos eleitores para fins coercivos.
- Mudanças intempestivas no local de votação, no caso dentro do país para outros estados e repartições consulares, foram feitas em centros de votação na Venezuela.

O padrão das mesmas irregularidades em municípios e estados equidistantes descarta a possibilidade de fatos focalizados ou iniciativas de indivíduos e, ao contrário, dá conta de ações coordenadas para tentar impedir o livre exercício dos direitos civis e políticos dos venezuelanos com transparência e competitividade na paz.

Os anúncios de vitória do candidato do governo tornam-se implausíveis não só pela ausência de provas primárias sobre o resultado do processo eleitoral, mas também pelo contraste com as actas em posse dos cidadãos, bem como com os resultados das sondagens à saída de diferentes empresas, nas urnas. É fundamental esclarecer que a nomeação do vencedor nas eleições eleitorais só e exclusivamente pode ocorrer por meio de resultados públicos, transparentes e auditáveis. O facto de os registos de votação não serem públicos na sua totalidade, com desagregação das mesas de voto por municípios, põe em causa a integridade dos resultados anunciados pelo disposto na Lei Orgânica dos Processos Eleitorais, assente nos princípios da transparência e auditabilidade do processo, indispensáveis à sua validade.

A repressão e o uso extremo da força coercitiva pelas autoridades policiais e militares nos últimos dias violam o quadro constitucional venezuelano no extremo do direito à vida, à integridade física, ao direito de protesto, de reunião e à liberdade de expressão. Todos os crimes diretos constituem uma violação dos direitos humanos, com responsabilidade criminal internacional. Além disso, o Procurador-Geral da República, Tarek William Saab, criminalizou expressamente as ONG, ameaçando privá-las da sua liberdade. As organizações não governamentais realizam um trabalho indispensável na defesa dos direitos das pessoas sem preconceitos políticos, raciais, credos ou sexuais. Ameaçar a privação da liberdade para exercer o nosso trabalho -protegido pela lei- implica um crime.

Diante das causas que originaram a maior crise migratória do continente, a possibilidade de uma nova onda de deslocamentos forçados de carácter iminente e massivo, a violação sistemática dos direitos humanos no país documentado perante diversos mecanismos e observadores internacionais do assunto, é o nosso dever e compromisso defender os direitos humanos, promover a participação social e proteger as liberdades dos venezuelanos dentro e fora do território nacional em todos os espaços.